

Coluna do Castello

Dívida externa e democracia

NA medida em que, no discurso que proferirá na assembléia geral da ONU, o Presidente José Sarney, forem aceitas as sugestões do Itamarati, consubstanciadas num texto, a tônica desse pronunciamento é a relação dívida externa e democracia.

Pretende-se que o Presidente dê uma dimensão continental, e não apenas especificamente brasileira, aos dois problemas e à correlação entre eles, para que o plenário internacional tome consciência de que o pagamento da dívida externa deve ser equacionado em função da consolidação da democracia renascente no Cone Sul e em outras áreas da América.

Se o FMI mantiver a linha rígida de controle das economias dos países devedores, sem lhes abrir oportunidade de recompor suas taxas de desenvolvimento e atender assim suas mais agressivas carências sociais, ele estará pondo em risco não apenas o progresso econômico dos países devedores, mas o próprio processo político instalado principalmente na Argentina, no Brasil e no Uruguai, depois de longo período de domínio militarista nesses e outros países do Continente.

O discurso poderia ser um passo adiante em relação ao que pronunciou ali, há dois anos, o ex-Presidente João Figueiredo. E o Itamarati pretenderia que a vocalização de aspirações de toda a América do Sul encontre uma ressonância que não costuma ser dada a pronunciamentos de Chefes de Estado de países excluídos da faixa de liderança mundial. É verdade que o discurso do ex-Presidente Figueiredo chegou a ser mencionado na primeira página do *The New York Times*, mas atribui-se o fato menos à valorização das idéias expostas do que a um trabalho pessoal do Embaixador Sérgio Correia da Costa.

Quer-se agora que o discurso valha por si mesmo na medida em que traduza efetivas aspirações dos países devedores e de toda a América recém-democratizada. Os recentes contatos do Presidente José Sarney com outros Chefes de Estado, e que se desdobraram em Nova Iorque, ajudariam ao esforço de torná-lo intérprete de aspirações coletivas sem qualquer veleidade de exercer uma liderança regional.

É provável que essa linha mestra tenha prevalecido no texto final que o próprio Presidente terá escrito, como costuma fazer, recompondo os textos básicos e contribuições de assessores e amigos num documento de unidade de pensamento, mas sobretudo de expressão literária uniforme. É inevitável que ao texto do Itamarati se somem as contribuições do Sr Luís Paulo Rosenberg, assessor para assuntos econômicos, do Embaixador Rubens Ricupero, do jornalista Mauro Santaiana, habituado a elaborar discursos desse nível desde os tempos de Tancredo Neves, de Jorge Murad e até mesmo de amigos prestimosos, como o Embaixador Josué Montello, que costuma oferecer achesgas ao Presidente.

Mas, além do que seria a espinha dorsal do discurso, segundo a avaliação do Itamarati, dele deverão constar as inevitáveis referências ao problema da América Central e à ação do grupo de Contadora, à condenação do apartheid, à política nuclear, à queda dos preços das matérias-primas, às restrições à importação de produtos dos países em processo de industrialização, que agem hoje como os Estados Unidos agiram para quebrar o monopólio industrial da Inglaterra a partir do século XVIII, e outros temas de permanente atualidade para os países que se procura pôr à margem do clube das nações plenamente desenvolvidas.

As informações que têm procurado antecipar o discurso do Presidente Sarney são oriundas de fontes diversas, que vão do Itamarati às suas assessorias formais e informais, cada uma delas na expectativa de que prevaleçam suas próprias sugestões no texto definitivo a que poucos têm acesso fora da intimidade do Presidente da República.

Além do discurso, o Presidente espera ampliar a dimensão da sua presença na ONU mediante seus contatos com Chefes de Estado americanos, com o Secretário de Estado norte-americano, com o Chanceler soviético e com o Primeiro-Ministro de Moçambique, com os quais tratará de questões gerais, mas, quando provocado, também de questões bilaterais. A comitiva presidencial, da qual foram excluídas as senhoras, é bastante reduzida e, em matéria de Ministros, ela será integrada apenas pelo Ministro Olavo Setúbal, do Exterior, e General Bayma Denis, do Gabinete Militar, ambos com seus auxiliantes diretos.